

D. Paulo discute com ACM verba para área

saúde

Cardeal defende proposta de emenda à Constituição que vincula recursos para setor

CHICO ARAÚJO

Especial para o Estado

BRASÍLIA – O arcebispo-emérito de São Paulo, cardeal Paulo Evaristo Arns, entrou na briga pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) vinculando recursos dos Estados e municípios para a saúde, a exemplo do que ocorre com a educação. Hoje, o cardeal Arns reúne-se às 12h30 com o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), para discutir a votação da emenda.

A PEC estava na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, mas retornou à mesa para nova análise. Arns entregará aos membros da CCJ um documento de quatro itens pedin-

do pressa na votação.

A PEC que vincula recursos orçamentários da União, Estados e municípios para a saúde foi aprovada em outubro pela Câmara. A emenda, rejeitada por governadores e prefeitos, garantirá acréscimo de 10% nas verbas do Sistema Único de Saúde (SUS) e outros 5%, no mínimo, na verba do Ministério da Saúde.

Com a aprovação da PEC, o orçamento do Ministério da Saúde passaria de R\$ 19,6 bilhões para R\$ 22,5 milhões, no mínimo. A emenda prevê que, a partir de 2001, as verbas destinadas à saúde terão como base de cálculo o orçamento do próximo ano acrescido da variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Essa fórmula garante aumento real, já que con-

templa a inflação. A entrada do cardeal Arns na briga pela aprovação da PEC foi decidida, no início deste mês, numa reunião do Conselho Nacional de Saúde. Os conselheiros acertaram que entidades ligadas ao setor de saúde – como a Pastoral da Saúde, da Igreja Católica – deveriam fazer uma mobilização nacional em favor da aprovação da emenda que obriga Estados e municípios a investir pelo menos 7% de suas receitas em saúde. Hoje, esse índice não passa de 4,5%.

Pela emenda, as autoridades estaduais terão de atingir 12% em investimentos na saúde em cinco anos. No mesmo período, os municípios que hoje aplicam 7% de suas receitas no setor deverão elevar a participação para 15%. A PEC estabelece que a

vinculação deve vigorar durante cinco anos. A partir daí, cada esfera do governo teria sua contribuição definida por lei complementar.

“A vinculação é estratégica para a continuidade dos programas de saúde em execução no País”, disse o cardeal, por meio de sua assessoria. Arns, que se afastou da Arquidiocese de São Paulo em 1998, avalia que o setor, a partir da aprovação da PEC, poderá melhorar muito a qualidade dos serviços prestados. Ele terá uma reunião na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado com os senadores para “sensibilizá-los” a aprovar a emenda.

Segundo o cardeal, o setor de saúde precisaria de “um orçamento específico” para evitar a interrupção de projetos fundamentais. Para ele, se os recursos da educação são vinculados, não há motivos para isso não ocorrer também na saúde.

**A FÓRMULA
GARANTE
AUMENTO
REAL**